

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.256 -
MG (2018/0140761-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : CHRISTIANNE BARBOSA PEREIRA LIMA
ADVOGADOS : GISELLY BERTOLIN PARDINI E OUTRO(S) - MG109252
MARCELO JOSE OTONI CAMPOS - MG093233
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por CHRISTIANNE BARBOSA PEREIRA LIMA, com fulcro no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão proferido pela Sexta Turma desta Corte Superior de Justiça, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU, DE FORMA ADEQUADA E EFICIENTE, OS FUNDAMENTOS DO *DECISUM* COMBATIDO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

Agravo regimental não conhecido (fl. 259).

Foram rejeitados os embargos de declaração opostos (fls. 280/284).

Nas razões deste recurso extraordinário (fls. 300/307), sustenta o recorrente, em síntese, que o acórdão guerreado incorreu em ofensa ao art. 5º, incisos III, LIV, LV e LVI da Constituição Federal.

É o relatório.

Da análise dos autos, verifica-se que o recorrente protocolizou duas petições de recurso extraordinário idênticas, contra o mesmo acórdão, ventilando os mesmos argumentos.

Assim, inviável o conhecimento da segunda peça processual, em virtude do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa, porquanto a parte já exerceu a sua faculdade recursal com a interposição do primeiro recurso, cuja admissibilidade se afere em decisão a ele relativa.

Feitas essas considerações, nada há a prover quanto à segunda petição de recurso extraordinário apresentada pela parte recorrente.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente